

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 09 a 11/05

O Plenário do Senado ainda não divulgou a pauta desta semana. Todavia, é previsto que conste na pauta o PL 1085/2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens para o exercício de mesma função e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: O Plenário aprovou nessa quarta-feira (10) a MP 1152/2022, que modifica as regras para fixação de preços usados em transações entre empresas relacionadas, a fim de adequar as normas nacionais às praticadas pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e evitar práticas destinadas a diminuir o pagamento de tributos. A MP segue agora para sanção.

Também foi aprovado o PLP 245/2019, que regulamenta a aposentadoria especial por periculosidade. O texto estabelece critérios de acesso a segurados do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) expostos a agentes nocivos à saúde ou a risco pelo perigo inerente à profissão e resolve questão que ficou pendente desde a reforma da Previdência de 2019. A proposta segue para a Câmara dos Deputados.

Comissões de Assuntos Econômicos – 09/05 – 09h– Plenário 19

ITEM 3 - PL 2796/2021, que cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia.

O relator, Senador Irajá, ainda irá apresentar seu parecer.

Resultado: Não deliberado.

Comissão de Constituição e Justiça – 10/05 – 10h– Plenário 03

ITEM 1 – PL 3283/2021, que altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados.

O relator, Senador Jorge Kajuru, apresentou parecer pela aprovação do Projeto com 3 emendas que apresenta, pela aprovação das Emendas nºs 3 e 4-CSP, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 – CSP e Emendas nºs 5, 6, 7 e 8.

Resultado: Aprovado. A matéria segue para análise da Câmara dos Deputados, salvo apresentação de recurso. Para acessar a redação final, [clique aqui](#).

ITEM 3 – PL 1307/2023, que amplia a proteção dos agentes públicos ou processuais envolvidos no combate ao crime organizado, e a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para tipificar a conduta de obstrução de ações contra o crime organizado.

O relator, senador Marcio Bittar, apresentou parecer aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01, 03, 05, 06, 08 e 10-CSP, com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 04-CSP, restando prejudicadas as Emendas nºs 02, 07, 09 e 11-CSP

Resultado: Aprovado. A matéria segue para análise da Câmara salvo apresentação de recurso para que seja analisada também em Plenário. Para acessar a redação final, [clique aqui](#).

ITEM 8 – PEC 10/2022, que altera o art. 199 da Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano.

A relatora, Senadora Daniella Ribeiro, apresentou parecer favorável à Proposta, com o acatamento parcial da Emenda nº 1, na forma do Substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta.

ITEM 9 – PL 3453/2021, que altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício.

O relator, senador Weverton, apresentou parecer pela aprovação da matéria.

Resultado: Durante discussão na CCJ, foi definido que será realizada uma audiência pública na próxima 5ª feira para debater o tema. O relator, senador Weverton, apresentou parecer

pela aprovação da matéria e pela rejeição das emendas apresentadas. Para acessar o parecer, [clique aqui](#)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 09 a 11/05

A Câmara dos Deputados pode votar entre os dias 9 e 11 de maio dois projetos que atendem pessoas com transtorno do espectro autista. O primeiro é o Projeto de Lei 507/2023, que prevê validade indeterminada para laudo médico pericial atestando Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) ou deficiência de caráter permanente e não transitória. O segundo projeto pautado é o PL 1855/2020, que estende o direito a atendimento prioritário nos serviços para as pessoas com transtorno do espectro autista e para as pessoas com mobilidade reduzida.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: A Câmara dos Deputados aprovou o PL 2342/2022, que cria, ao longo do tempo, 70 cargos de provimento efetivo e 20 funções comissionadas no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e o PL 1987/2023, que cria funções comissionadas no quadro de pessoal do TJDF. As propostas serão enviadas ao Senado.

Também foi aprovado o PL 4402/2016, que torna indeterminado o prazo de validade de laudo atestando deficiência permanente ou Transtorno do Espectro Autista (TEA). A proposta será enviada ao Senado.

Comissão de Constituição e Justiça – 09/05, às 14h e 10 e 11/05, às 10h – Plenário 1

ITEM 08 – PEC 9/2023, que "altera a Emenda Constitucional nº 117, de 5 de abril de 2022, quanto à aplicação de sanções aos partidos que não preencheram a cota mínima de recursos ou que não destinaram os valores mínimos em razão de sexo e raça em eleições, bem como nas prestações de contas anuais e eleitorais". O relator, Diego Coronel, apresentou parecer pela admissibilidade da matéria.

Resultado: Não deliberado.